

ARTIGO



FUTUROS TRANS* POSSÍVEIS?:

Interseccionalidades e ambivalências no acesso e na permanência de pessoas trans* no ensino superior público brasileiro

Brume Dezembro lazzetti¹

> brume.dezembro@gmail.com

ORCID: 0000-0002-3800-9380

¹ Central European University – Budapeste, Hungria

Resumo: A última década foi marcada por passagens importantes no acesso de pessoas trans* ao ensino superior brasileiro, atreladas a uma gama de direitos recentemente conquistados, particularmente o nome social, que regulamenta em instituições públicas o uso do nome com o qual pessoas trans* se identificam, e a implementação de políticas afirmativas em universidades públicas a partir do final dos anos 2010. Partindo da provocação de uma das entrevistadas de que “pensar sobre futuro é privilégio de poucos”, este artigo procura entrelaçar relatos da trajetória de estudantes trans* para versar sobre as ambivalências do acesso e da permanência desses sujeitos na universidade, descrita tanto como um espaço permeado por violências institucionais e processos subjetivos de adoecimento quanto de um espaço que possibilitou uma experimentação de gênero e a construção de redes afetivas e políticas. Para tanto, é fundamental adotarmos uma perspectiva interseccional que compreenda as diferenças e as desigualdades permeadas nesses relatos, possibilitando distintos acessos e permanências no (e além do) espaço da universidade.

Palavras-chave: pessoas trans; ensino superior público; Brasil; interseccionalidade; educação.

POSSIBLE TRANS* FUTURES?: Intersectionalities and ambivalences in the access and permanence of trans people* in Brazilian public higher education

Resumen: La última década ha estado marcada por importantes pasajes en el acceso de las personas trans* a la educación superior brasileña, vinculadas a una serie de derechos recientemente conquistados, en particular la política de “nombre social” [*nome social*], que regula en instituciones públicas el uso del nombre que las personas trans* se identifican, y la implementación de políticas afirmativas en universidades públicas desde fines de la década de 2010. Partiendo de la provocación de una de las entrevistadas de que “pensar en el futuro es un privilegio de pocos”, este artículo busca entrelazar relatos de la trayectoria de estudiantes trans* para discutir las ambivalencias de acceso y permanencia de estos sujetos en la universidad, descrita tanto como un espacio permeado por violencias institucionales y procesos subjetivos del “adolescer”, como un espacio que permitió la experimentación de género y la construcción de redes afectivas y políticas. Por lo tanto, es fundamental adoptar una perspectiva interseccional que comprenda las diferencias y desigualdades permeadas en estos relatos, permitiendo diferentes accesos y permanencias en (y más allá) del espacio universitario.

Palabras clave: personas trans; educación superior pública; Brasil; interseccionalidad; educación.

¿FUTUROS TRANS* POSIBLES?: Interseccionalidades y ambivalencias en el acceso y la permanencia de las personas trans* en la educación superior pública brasileña

Abstract: The past decade has been marked by important passages in the access of trans* people to Brazilian higher education, linked to a range of recently conquered rights, particularly the “social name” policy [*nome social*], which regulates in public institutions the use of the name by which trans* people identify themselves, and the implementation of affirmative policies in public universities by the end of the 2010s. Starting from the provocation of one of the interviewees that “thinking about the future is a privilege of the few”, this article seeks to intertwine trajectory narratives of trans* students to discuss the ambivalences of these subjects’ access and permanence in the university, described both as a space permeated by institutional violence and subjective processes of “sickening” [*adoecimento*], as well as a space that allowed gender experimentations and the construction of affective and political networks. Therefore, it is fundamental to adopt an intersectional perspective that understands the differences and inequalities permeated in these reports, allowing different access/es and permanence/s in (and beyond) the university space.

Keywords: trans people; public higher education; Brazil; interseccionality; education.

FUTUROS TRANS* POSSÍVEIS?:

Interseccionalidades e ambivalências no acesso e na permanência de pessoas trans* no ensino superior público brasileiro

“Sob o impacto da revelação dessa sentença prossigo na elaboração de minhas batalhas buscando produzir em meus passos o cumprimento da profecia que eu mesmo criei para preencher o silêncio do anjo.”

Bruno Gravanic (Judar; Rabelo [orgs.], 2020)

“Pensar sobre futuro é privilégio para poucos”

O trecho acima é parte de um poema no qual uma pessoa se encontra com um “anjo das desventuras”. O anjo lhe diz uma profecia, em que sua trajetória é marcada por violências, mas que encontra o “sabor incomparável de uma boa memória”. A serenidade ao fim da vida se contrapõe a suas batalhas cotidianas: “para que possas enxergar o brilho exato de felicidade tão intensa mastigarás com a boca seca o pão duro e mofado”, diz o anjo. Ao final do texto, no trecho acima, compreendemos que a figura narradora criou sua própria profecia em face das incertezas de seus passos e dos obstáculos que enfrentava em sua conturbada história. Não houve nenhum tipo de revelação de fato, nenhum anjo que desceu dos céus – houve um preenchimento do silêncio, imaginando um futuro que tornou a vida possível de ser vivida, e suas lutas enfrentadas.

Pensar um futuro nem sempre é tarefa simples. O dado de que o Brasil é o “país que mais mata pessoas trans” foi recorrentemente acionado em campo enquanto um marco de violência histórica¹. Segundo dados da organização internacional TGEU (Transgender Europe)², cerca de 40% dos assassinatos ocorridos no mundo entre 2008 e 2018 foram contabilizados no país. Tal contabilização é feita em grande medida por organizações protagonizadas pelas próprias pessoas trans*³ no Brasil, sendo destaque

¹ A construção discursiva desses dados tem seu próprio campo de debates, sendo de De Lima Filho (2017) um importante trabalho sobre tais tensões e disputas.

² Os dados estão disponíveis em: <https://tgeu.org>.

³ O termo trans* tem sido utilizado por autorias trans* de diferentes países, tais como Vergueiro (2015), no Brasil, Radi (2019), na Argentina, e Mae Bettcher (2018), nos Estados Unidos. Esta categoria analítica visa englobar uma multiplicidade de diferentes corpos e identidades (travesti,

a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). O transfeminicídio deve ser entendido na interconexão de desigualdades: em 2021, a média de idade das vítimas foi de 29 anos, sendo 96% pessoas do gênero feminino, 81% pessoas pretas ou pardas, e 78% profissionais do sexo (Antra, 2022). Além dos assassinatos, a violência extrema contra a população trans é também explicitada em uma altíssima taxa de suicídios, pauta historicamente levantada por organizações protagonizadas por homens trans e transmasculinos – em que 85,7% já pensaram em suicídio ou tentaram cometê-lo (Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, 2016), número agravado na população negra, indígena, e de baixa renda.

As violências extremas são o topo de uma série de processos de exclusão em diferentes espaços sociais, seja na família, em espaços públicos da cidade, nos serviços de saúde, no mercado de trabalho, ou na educação formal. Historicamente, a bibliografia brasileira sobre a população trans enfatizou, em diferentes áreas do conhecimento, tais violências e exclusões em suas facetas e complexidades internas, assim como refletiu sobre articulações possíveis, no âmbito de políticas públicas, de combate a essas desigualdades.

Por outro lado, na esteira da ampliação do acesso dessa população ao ensino superior brasileiro nos últimos anos, autorias trans* têm enfatizado perspectivas “além da violência” em sua produção – sendo a educação um dos campos de destaque (Andrade, 2012; Araujo, 2022; Santos, 2019). Entram aqui discussões sobre banalização de narrativas de violência, circulação descuidada de imagens brutalizadas, ênfase em relatos de dor e sofrimento, e a re/produção de uma trajetória necessariamente trágica.

Essa ausência de referências configura uma violência simbólica, restringindo imaginários possíveis e apagando as dimensões de agência, criatividade e reflexividade desses sujeitos (Cavalcanti; Sander, 2019). Por vezes, essa ausência de referências se materializa na ausência de referenciais de autorias trans* nessas pesquisas enquanto aporte teórico e conceitual. Arelado a este argumento estão os extensos debates nos estudos trans* sobre violência epistemológica e transepistemicídio, que destacam o apagamento de intelectualidades trans* como tais, restringindo pessoas trans* como “objetos”, mas não “sujeitos” dessa produção de conhecimento (Bettcher, 2018; Radi, 2019; Vergueiro, 2015).

Enquanto pesquisadora travesti, procuro enfatizar, em um trabalho etnográfico engajado e colaborativo, a presença e a atuação de (nós) pessoas trans* dentro e fora do espaço da universidade, de modo a destacar agenciamentos, resistências, redes afetivas e exemplos de boas práticas. Trabalhados neste artigo, estão eventos acompanhados

homem trans, boyceta, não binário, gênero fluido...), considerando que muitas pessoas trans* se afirmam e se entendem enquanto pessoas trans, e também com algum/ns destes termos. O asterisco atua como um elemento multiplicador, conforme desenvolve Halberstam (2017).

em campo ao longo de três anos, organizados por coletivos, e em eventos por/para pessoas trans* no interior e nos arredores de universidades públicas, além da realização de cerca de vinte entrevistas com estudantes trans* de graduação e pós-graduação, com destaque ao contexto paulista.

Em meio a meu próprio emaranhado de violências no princípio de uma afirmação pública enquanto pessoa trans, uma entrevista desencadeou em mim as primeiras reflexões sobre o manejo complexo da escrita sobre violências⁴. Nessas entrevistas, nossa proposta era de re/traçar uma trajetória ao longo do ingresso no ensino superior, no qual comumente emergiram questões delicadas como relações familiares e embates no espaço escolar. Um dos entrevistados, Mael⁵, era recém-ingresso em uma universidade pública. Em nossa conversa, acabamos adentrando em pontos de sua trajetória que geraram certo desconforto em nossa conversa. Em determinado momento, ele interrompeu seu relato e afirmou: “Tem umas coisas que é muito doloroso pra você falar, né... porque já aconteceram várias coisas horríveis comigo. [...]. Que a gente... não tem por que falar. Você sabe, nós sabemos, como esse mundo é horrível”.

Entendendo esse “nós” em nossa posicionalidade comum enquanto pessoas trans, respondi-lhe dizendo que uma das intenções da pesquisa era escapar de um possível ciclo de relatos de dor e sofrimento. Meu foco na pesquisa era em como continuamos na universidade diante desses obstáculos e como forçamos, e podemos forçar, sua abertura a outras pessoas trans*, principalmente aquelas em situações ainda mais vulneráveis do que as nossas. Mael completou minha resposta:

Parece que a gente sempre precisa ser corpos violentados, precisa ficar nessa coisa. Aconteceram várias coisas ruins na minha vida, mesmo odiando a [minha universidade] em muitos pontos, quase mais odiando que gostando, ela me abriu a oportunidade de estar aqui, sabe. [...] Como a gente tá como esses corpos que só sofrem violência, a gente não pode se dar ao direito de ter nada, de ser feliz, de ter alguma coisa. Parece que a gente sempre tem que ser uns miseráveis que não têm nada. E não, sabe [...] [A universidade] me deu esse espaço de ter uma socialização, de ter oportunidades de vida [...] [A universidade] me deu essa oportunidade de conhecer pessoas, de morar [na república estudantil]

⁴ As relações entre etnografia e violência são um amplo tema de debate, conforme desenvolve Ortner (2016) em uma perspectiva histórica sobre o que denomina de uma “antropologia sombria” (“dark anthropology”). Escrevi em mais profundidade sobre as possibilidades e limites dessas relações, no que se refere a uma população trans, em outro momento (IAZZETTI, 2021b).

⁵ As pesquisas aqui citadas foram devidamente aprovadas pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa). Participantes concederam autorizações prévias de uso ou não de seus nomes em eventuais publicações. Quando optaram pelo anonimato, tinham a opção de escolher um nome fictício, como nesse e nos outros exemplos presentes neste artigo.

onde eu moro [...] [A universidade] é esse espaço, né, abre muito nossa mente, de se conhecer também.

Em seu relato, Mael demarcou sua frustração e cansaço com a restrição do enquadramento de corpos trans* enquanto corpos sempre “violentados”, de modo que isto restringe suas/nossas possibilidades de existência. A violência aqui não apenas é aquela diretamente infligida com agressões verbais, físicas e sexuais, mas é a violência da falta de possibilidade de pensar um futuro – a falta de “se dar ao direito” de ter algo e de ser feliz, conforme afirma. Assim, embora pontue certo desgaste de estar no espaço da universidade, Mael enfatizou o que estar ali lhe proporciona efetivamente no cotidiano, e o modo como essa entrada lhe abre novas perspectivas, antes negadas. O fato de ser uma pessoa trans se emaranha, aqui, ao fato de ter vindo de uma escola pública estruturalmente precarizada, onde, conforme afirma ao longo de seu relato, o ingresso ao ensino superior público não era tido como uma opção viável, ou mesmo imaginável.

Em um momento anterior da pesquisa, sempre ao final das entrevistas, abria espaço para as pessoas com as quais interagira para trazerem como se sentiam, em uma abertura a críticas e sugestões. Recém-graduado, Rafael afirmou que havia sido aprovado no mestrado e planejava se mudar para uma universidade nordestina. Ele era motivado, além de um desejo pessoal, pela existência de políticas afirmativas para a população trans na pós-graduação de seu curso de interesse, em uma instituição da região. Seu deslocamento para outro estado atravessava dimensões afetivas – seu sonho de se mudar para o Nordeste – e uma abertura institucional produzida pela adoção de políticas afirmativas naquele momento, nos entrelaçamentos de movimentações institucionais, afetos e sonhos.

Seu relato se conecta a outras entrevistas com estudantes trans* nas quais o “futuro”, aqui enquanto categoria êmica, apareceu de modo não planejado. Ao final da entrevista, Rafael me disse que tinha como sugestão falar sobre o futuro. Embora eu enfatizasse um “antes” e um “durante” sobre a presença no ensino superior, havia pouco espaço na entrevista para perguntar sobre um “depois” – era um silêncio a ser preenchido. Sua fala foi provocante e passei, em todo encontro, a perguntar às pessoas com as quais conversava como enxergavam seu futuro.

Algumas pessoas responderam com base em planos de vida, almejando a manutenção ou o fortalecimento de vínculos afetivos, ou a conquista de aquisições materiais: “me formar”, “continuar com a minha namorada”, “comprar uma casa própria”, “seguir na minha pesquisa”... Outras responderam demarcando incertezas e angústias nessas expectativas em face de cortes de financiamento em universidades públicas e um cenário de instabilidade econômica e política, em meio ao Governo Bolsonaro, que configuravam um tenso “e se” – “se tiver bolsa, planejo continuar na universidade”, “se conseguir emprego, planejo me mudar para outra cidade”.

Uma das respostas foi particularmente marcante para mim, destoando daquelas que ouvira até então. Conversava com Lia, estudante de graduação e uma das poucas travestis negras com as quais tive a oportunidade de conversar nesse momento da pesquisa – explicitando a ausência de travestis e mulheres trans, e de pessoas trans* negras como um todo, nas universidades públicas paulistas⁶. Questionada sobre suas expectativas sobre o futuro, Lia afirmou:

Sei lá, é muito bizarro pensar em futuro... porque qual o futuro, entendeu? Pensar sobre futuro é um privilégio de poucos [...] Obviamente eu penso em futuros [...] Ter uma casa, saca, um carro, ter condições de comer bem – comer bem *bem*, não só ir sobrevivendo. É delicado pensar sobre futuro. Fico pensando até quando vai o futuro de uma pessoa trans. É um futuro muito próximo.

Advento de políticas públicas no âmbito da educação

Em seu artigo “Em direção a um futuro trans?: Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil”, Carvalho e Carrara (2013) propõem um panorama histórico do advento de direitos e de políticas públicas para a população trans. Os autores pontuam como o processo de reconhecimento legal estatal foi dado nas políticas de enfrentamento à epidemia da AIDS nos anos 80 e 90, e enfatizam ao longo do artigo as, por vezes, conturbadas relações com o então movimento homossexual e as disputas e as tensões internas entre transexuais e travestis. Escrito em 2013, movimentações políticas e epistemológicas podem ser destacadas desde então.

Um primeiro ponto de destaque é que, naquele momento, havia uma centralidade ainda marcante no âmbito da saúde na conquista de direitos. Como contraponto, temos ao final dos anos 2010 um deslocamento da centralidade do advento de políticas públicas voltadas a essa população na educação – campo ainda pouco explorado na bibliografia sobre tais direitos. Dito isto, podemos traçar um breve histórico a partir de dois movimentos, entrelaçando a educação com outras esferas sociais, e destacando-a

⁶ Os dados sobre o perfil demográfico de pessoas trans* no ensino superior público ainda são escassos. Os dados de minha pesquisa etnográfica se alinham com os dados produzidos pelo IBTE (2019), também concentrados na região Sudeste, onde pessoas negras e indígenas, assim como mulheres trans e travestis como um todo tendem a estar em menor número nas universidades públicas, ao menos no contexto paulista. Vale destacar que pesquisas mais recentes (Portela; Feres Júnior, 2021) procuram explicitar diferenças regionais importantes. Dito isto, para uma abordagem nacional atenta a diferenças e desigualdades de raça, gênero e classe no interior de uma população trans, serão necessárias pesquisas comparativas de maior profundidade.

como um campo central na compreensão das articulações entre Estado, ativismos e produção de conhecimento: o advento do nome social e o surgimento de políticas afirmativas em programas de graduação e pós-graduação.

O nome social surgiu como uma política nacional em resposta a então dificuldade de retificação dos documentos civis por pessoas trans*. Até 2018, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decide que a alteração do registro civil pode ser realizada em cartório, baseada no princípio de autodeterminação, pessoas trans* podiam apenas alterar seus nomes legalmente por meio de uma medida judicial, o que comumente exigia a apresentação de laudos médicos e a comprovação da realização de determinadas cirurgias (Besen, 2018)⁷.

O nome social tem seus primeiros momentos de reconhecimento estatal no âmbito educacional em 2008, quando prefeituras e secretarias pelo país passam a implementá-lo em unidades escolares da rede pública (Lima, 2013; Da Silva Júnior, 2016). Tendo na saúde seu precedente federal – com a possibilidade de uso do nome social nas carteiras do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2009 – na educação um primeiro marco foi dado por uma portaria do Ministério da Educação, em 2011. Dallapicula e Fonseca (2016) pontuam que até então havia apenas cinco instituições de ensino superior do país que possibilitavam o uso do nome social a estudantes trans*, sendo a UNIFAP (Universidade Federal do Amapá) o primeiro exemplo registrado, em 2009. O ano de 2014 é marcado pela implementação do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dois anos antes do decreto federal nº 8.727, em 2016, que regulamentou em definitivo o uso do nome social em nível federal.

Um efeito importante do advento do nome social nesses espaços é a possibilidade de produção de dados sobre a presença de pessoas trans* no ensino superior. O Brasil é marcado por uma ausência histórica de estatísticas oficiais e dados quantitativos sobre a população trans (Coacci, 2018), o que é contraposto pelo movimento social, em uma contraprodução de dados, como no caso da ANTRA. Com o espraiamento do uso do nome social, mesmo que de modo limitado, foi aberta a possibilidade de serem produzidos dados sobre a presença de pessoas trans* em concursos e instituições públicas.

Foi a partir desses dados, em diálogo com movimentos sociais, via portais de transparência, que pude enumerar a presença de pessoas trans* em universidades federais e estaduais, com base em eixos demográficos, curso e momento da formação, também em minha pesquisa de mestrado (Iazzetti, 2021a). Aliado à análise de centenas de editais, esse elemento inesperado da pesquisa surgiu da necessidade do mapeamento no alinhamento entre o estudo e a reivindicação dessas políticas em diferentes instituições.

⁷ Vale pontuar que, mesmo após a decisão do STF, o nome social continua sendo um importante direito no cotidiano de pessoas trans*, inclusive enquanto um campo de experimentação no espaço escolar e universitário.

Analizando tais dados, por um lado, observa-se um aumento da busca de estudantes trans* para ingressar no ensino superior: segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais), houve um aumento de 286% do número anual de pedidos do nome social no ENEM entre 2014 e 2020. Dados semelhantes surgem em escolas públicas pelo país, principalmente no ensino médio, que permanecem crescentes desde a sua implementação.

Já nas universidades, temos, a partir dos dados de nome social, a presença de estudantes trans* em todas as universidades públicas pesquisadas, nas mais diversas áreas e em momentos de formação. Ao mesmo tempo, existem gargalos em determinadas áreas e cursos, principalmente em eixos de classe, e a presença de estudantes trans* ainda é notavelmente reduzida em cursos de pós-graduação. Como um todo, embora crescente, a presença de estudantes trans* nos espaços educacionais formais é extremamente reduzida quando comparada a uma população cisgênera, enquanto iniciativas como cursinhos populares para pessoas trans* e políticas afirmativas direcionadas estão transformando esse cenário e quebrando ciclos de exclusão.

Caminhando ao final da década, temos a expansão de políticas afirmativas voltadas para a população trans em programas de graduação e pós-graduação do país. Entre 2017 e 2018, a UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia) se tornou a primeira do país com reserva de vagas suplementares para pessoas trans* de baixa renda em cursos de graduação, na sequência de uma primeira iniciativa na pós-graduação, em 2017, pela UFBA (Universidade Federal da Bahia). Quatro anos depois, em 2021, são 34 instituições públicas do país com ações afirmativas para pessoas trans*, sendo a maioria (28) exclusivamente em cursos de pós-graduação. Três dessas universidades contam com políticas afirmativas deste tipo em todos os cursos de pós-graduação, havendo comumente a presença apenas em determinados cursos ou áreas. Tais instituições estão espalhadas por 21 estados da federação, grande parte (26) em universidades federais⁸.

Em um cenário em constante movimento, temos, em cada instituição, histórias das “primeiras” pessoas trans*, assim reconhecidas por si e seus pares, a adentrarem e se formarem em determinados cursos e a caminharem por entre graduação, pós-graduação e docência. Este é também um convite para olhar essas trajetórias e essa crescente produção intelectual nacional.

⁸ Para mais detalhes sobre tais políticas, ver lazzetti (2021a). Outro ponto importante, aqui não desenvolvido, é o fato de tais políticas se basearem no princípio de autodeterminação, embora iniciativas de heteroidentificação, ou de comprovantes documentais, já tenham surgido no começo dos anos 2020 e tendam a se expandir nos próximos anos.

"Futuro trans*" e torções epistemológicas

Reconhecida a importância conceitual e estratégica de tal mapeamento no campo das políticas públicas, re/contar essa história a partir de marcos legais e institucionais pode esconder algumas armadilhas, tanto teórica quanto politicamente, conforme tem destacado autorias nos campos dos estudos trans* e dos transfeminismos no Brasil (Vergueiro, 2015; Araújo, 2022).

No campo historiográfico, nomes como Jesus (2019) e Cavalcanti (Cavalcanti; Barbalho; Bicalho, 2018) têm retomado processos históricos anteriores de violência estatal contra corpos dissidentes de gênero, desde o período colonial, incluindo a atenção aos processos de formação histórica de um transfeminicídio racializado ainda pungente no presente. Novas pesquisas sobre o movimento de travestis e transexuais no Brasil, por sua vez destacam sua formação na articulação junto ao movimento de prostitutas pelo fim da violência policial, em meio à ditadura civil-militar, assim como a resistência contra operações ostensivas especificamente direcionadas a travestis ao final dos anos 80, já após a abertura democrática (Iazzetti, 2023).

Enquanto torção epistemológica, tais produções, de base interseccional e decolonial, destacam as limitações de conceituações de história e política que centralizam processos de reconhecimento estatal e políticas públicas como um fim em si mesmo. Isto se coloca tanto por tais recuperações históricas quanto por desgastes do tempo presente: embora haja uma recente conquista de direitos, nas últimas décadas, as estatísticas de violência contra a população trans, negra⁹ e indígena permanecem crescentes, atreladas ao acirramento da desigualdade econômica e o estancamento de demandas históricas, como o fim do encarceramento em massa e a demarcação de terras indígenas – que, como um todo, forcem tais frentes conceituais, assim como iniciativas políticas, a atravessarem, mas não se limitarem, ao campo legal e institucional desse modo.

Um acontecimento marcante durante a pesquisa, que explicitou tal discrepância, foi o assassinato da então estudante de graduação na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Matheusa Passareli, em 2018. Em sua própria produção, Passareli escrevia sobre as dificuldades emocionais e financeiras que enfrentava na permanência no espaço da universidade enquanto um corpo transfeminino negro, sobrevivendo por meio de escassas bolsas, auxílios e trabalhos temporários.

Mais do que um exemplo de fim trágico, autorias transfeministas têm recuperado

⁹ Um exemplo de desigualdade racial operando na prática é o elemento de seguridade associado à passabilidade cisgênera – no caso, de pessoas trans que socialmente são lidas enquanto pessoas cis. Peçanha (2015) pontua como, por exemplo, no caso de homens trans e transmasculinos negros, que ser lido socialmente como um homem (negro) não implica uma segurança social, e tende a ocorrer no caso de homens trans e transmasculinos brancos.

a produção de Passareli em sua força vital e criativa – ou, como ela mesma escrevia, um “corpo estranho” que se propõe a “ocupar o máximo de espaços possíveis”. Um convite de “habitar corpos e espaços nunca conhecidos” (Passareli, 2017). Similarmente, Lia aponta, em sua provocação de que “pensar o futuro é privilégio de poucos”, para uma citação direta da artista e pesquisadora Jota Mombaça. Em outro momento de sua produção, Mombaça, em sua crítica anticolonial e “desobediente de gênero”, escreve que “a fuga só acontece porque é impossível”.

Como um todo, tais escritos destacam, através das imagens inalcançáveis do que se dá além do “conhecido”, do “real”, e do “possível”, uma expansão de imaginários dessas existências, assim como uma proposição crítica, no sentido epistemológico, de torção de conceitos e perspectivas, incluindo os riscos de políticas, no tempo presente, de diversidade, inclusão, visibilidade, e representatividade, e de cristalizações identitárias em nomes como “[arte] negra” e “[pesquisa] trans” (Mombaça, 2022).

Ligada a essa produção estão discussões amplas sobre fabulação e futuridade¹⁰, um campo crescente nos estudos feministas, *queer* e trans* (Halberstam, 2017; Haraway, 2016). Em sua crítica à representação, Halberstam (2017) destaca o objetivo de evitar o ímpeto classificatório no olhar sobre a história, apontando temporalidades *queer* como disruptivas de concepções normativas de tempo, linearidade e sucesso. Haraway (2016), por sua vez, destaca uma abertura a “futuros possíveis”, no plural, em detrimento de uma utopia única, compreendendo política enquanto um “fazer-mundos” – uma feitura compósita de possibilidades de ser (de outro modo) no mundo.

Em intenso movimento nos últimos anos, tal produção criativa também se dá no campo da educação, da etnografia engajada, e da articulação direta com movimentos sociais e políticas públicas. A partir de trabalho de campo com travestis em escolas cearenses, Andrade (2012) denomina de “processos de evasão involuntária” os processos – por parte de professores, colegas, funcionários e, comumente, de familiares – que forcem travestis para fora dos ambientes escolares. Ao mesmo tempo, a autora procura ressaltar as práticas de resistência e as redes afetivas costuradas por essas jovens. De modo mais amplo, Andrade se alinha a produções recentes que compreendem a educação não apenas como um espaço de normatização, controle e vigilância, mas a escola também como um espaço onde redes de acolhimento e de resistência podem ser construídas através das diferenças, inclusive na composição de coletividades dissidentes (Ranniery, 2016)¹¹.

¹⁰ Discussões sobre historiografia, fabulação e futuridade foram posteriormente desenvolvidas em uma segunda dissertação de mestrado sobre a formação cultural e política da identidade travesti durante a redemocratização brasileira, no campo da História Pública (lazzetti, 2023).

¹¹ Alinhadas a essa movimentação teórica estão importantes mobilizações políticas no âmbito educacional, a partir das ocupações em escolas públicas brasileiras nos anos 2010 (Bento, 2016). Vale

A universidade como espaço ambivalente

Embora seja ainda um novo campo de debates no que se refere a pessoas trans* – na esteira de produções anteriores em espaços escolares – o advento de políticas afirmativas e o ingresso de outros corpos e histórias na universidade pública têm sido prolíficos objetos de estudos nas últimas décadas.

Em sua tese, Lima (2020) acompanha coletivos LGBTs negros em diferentes universidades do país. Se, por um lado, casos de racismo e LGBTfobia institucional são enfatizados nas falas de estudantes – em que a universidade é por vezes descrita como um espaço de “adoecimento” – em outros momentos a universidade emerge como um lugar de “encontro” e de possibilidade de construção de coletividades com base em “pedagogias políticas”, onde tais estudantes acessam e mobilizam discussões sobre desigualdades sociais, particularmente sobre racismo, e re/interpretam suas próprias experiências de vida antes e após o ingresso na universidade.

Para estudantes negros cisgêneros e heterossexuais de uma primeira geração na universidade, a família surgia nos relatos de estudantes como central em sua vivência nesse espaço. Para estudantes negros LGBTs, no entanto, essa relação com a família por vezes atravessava pontos de tensão. A universidade apareceu nesses relatos como um primeiro espaço onde tais estudantes tiveram a possibilidade de experimentar seu gênero e sua sexualidade de outras formas, quando comparado a um ambiente familiar muitas vezes restritivo e violento. Com isso, Lima (2020) atenta ao imbricamento de diferenças e desigualdades que permeiam esses relatos – aqui denominadas de interseccionais.

Oriundo de teorias no direito acerca da invisibilidade de mulheres negras em políticas institucionais – com a obra de Crenshaw (2002) – o termo “interseccionalidade” vem ganhando uma série de frentes e sentidos nas últimas décadas, tanto em redes acadêmicas quanto ativistas, no Brasil e no exterior, a partir da produção feminista negra (Díaz-Benítez; Mattos, 2021; Nash, 2018). De extensa aparição em campo e de uso estratégico na formação de redes intelectuais e políticas, perspectivas interseccionais têm sido centrais na produção transfeminista brasileira, protagonizada por mulheres trans e travestis negras (Araújo, 2022; Nascimento, 2021).

Interseccionalidade é aqui compreendida enquanto “ferramenta”, “conceito” e “perspectiva” (Cho; Crenshaw; McCall, 2013), nos emaranhados entre teoria/prática,

pontuar que, no caso de estudantes trans* que entrevistei, a descrição da escola como um ambiente repressivo tendeu a se concentrar nos relatos de estudantes vindos de escolas particulares ou de escolas públicas antes dos anos de 2016/2017 – neste segundo caso, parece haver uma influência positiva da criação de coletivos e grêmios estudantis que atuam como espaços de sociabilidade e segurança nas escolas, embora mais pesquisas sejam necessárias para aprofundar este argumento.

ciência/política – o que, no contexto de minha pesquisa, envolve atentar aos modos como a universidade re/produz tais diferenças e desigualdades, assim como o encontro de estratégias coletivas de enfrentamento e de aproximação entre identidades, experiências e afetos.

Ao longo da pesquisa, caminhei metodologicamente rumo às entrevistas após perceber as complexidades dos relatos com que havia tido contato. Até então, havia enfatizado etnograficamente o acompanhamento de eventos organizados por/para pessoas trans*, nos quais predominavam falas de denúncia a processos descritos como “transfobia institucional”, tais como inconsistências na implementação do nome social¹² e constrangimentos dentro de salas de aula, de modo a demandar políticas direcionadas a essa população.

Ao mesmo tempo, em minha vivência cotidiana na universidade, percebia que, como eu, estudantes trans* com os quais tinha contato haviam se afirmado publicamente enquanto pessoas trans* após o ingresso ali. Através de seus relatos, compreendi, analiticamente, a universidade em sua complexidade interna, sendo territorialmente composta por uma série de espaços que possibilitam diferentes estratégias de permanência.

Um exemplo marcante desses manejos foram os estudantes trans* de cursos de exatas que realizaram movimentos intrainstitucionais, em que a passagem do bacharel para a licenciatura foi a possibilidade de permanência na universidade. A alta demanda das disciplinas do bacharelado somada a uma turma homogênea, em termos de gênero e sexualidade, foram tidos como agravantes do estado psicológico e, com isso, constitutivos de obstáculos na permanência estudantil. Abaixo estão trechos de três desses relatos:

Nossa, [a licenciatura] é bem melhor... acho que é por ter mais aulas na educação. [...] Eu tava no bacharel em física... eu gosto muito de física, amo física, curto bastante, mas tava impossível a questão de saúde mental, e não era mais o que eu queria pra vida. (Alex)

Entreí na física com o nome social e foi um baque muito grande pra física inteira... fui talvez a segunda pessoa trans da física, algo do tipo. No primeiro semestre eu queria mudar de curso, ir pra filosofia ou pra sociais. Mas depois de fazer uma matéria na licenciatura eu descobri que ali era o lugar certo. (Rosa)

¹² Tais inconsistências tendem a afetar principalmente estudantes de baixa renda. Ao longo da pesquisa, acompanhei casos em que estudantes trans* não podiam acessar refeitórios universitários ou sistemas internos de transporte devido a essas inconsistências, por exemplo, o que os impactava de maneira mais grave do que estudantes com renda mais elevada, que não dependiam unicamente do acesso a tais refeitórios e a sistemas de transporte público.

Os professores são majoritariamente os mesmos... mas a licenciatura não faz matéria com o mestrado [como no bacharel]. E na licenciatura tem mais mulher [...] É um ambiente que acaba sendo menos hostil pra mim. Tem mais meninas, mais LGBTs também. [...] E tem matérias difíceis, lógico, mas não faz matéria com o mestrado. (Marcelo)

Assim como no relato de Rosa, foi relatado o impacto de se ser a “única pessoa trans” da turma, ou mesmo da história do curso, o que por vezes promove um “primeiro contato” de pessoas cis com uma pessoa trans* descrito como potente e perigoso nas narrações de estudantes trans*¹³.

Uma das entrevistadas, Laura, graduanda em medicina, ressaltou em sua fala o impacto do que denominou de “convivência”. Em seu relato, apontou as transformações nas mentalidades das pessoas à sua volta com a presença de seu corpo naquele espaço e suas intervenções públicas, o que associava a uma quebra de estereótipos – uma ampliação de “imaginários” e “referências” de quem poderia ser uma pessoa trans. Ao mesmo tempo, pontuou um sentimento de exaustão que tinha ao tentar permanecer ali, assim como as dificuldades e a solidão de ser ainda a “única” naquele ambiente. Em nossa entrevista, ela demarcou em diferentes momentos o peso de assumir a responsabilidade de ter “voz” em nome de um coletivo não representado naquele espaço. Lia, citada anteriormente, traz um relato parecido:

A universidade foi um espaço onde consegui me assumir como uma pessoa trans. De alguma maneira eu tive recursos e possibilidades de fazer isso na universidade. Só que ainda assim não vejo ser um espaço de total aceitação. Isso principalmente porque são poucas pessoas [trans na universidade].

Ao mesmo tempo em que estudantes trans* agenciam sua presença em espaços muitas vezes hostis, reivindicam a construção de espaços descritos como seguros, onde podem compartilhar suas experiências com outras pessoas trans* e serem mutuamente compreendidas a partir de vivências comuns, desde grupos on-line com encontros esporádicos a organizações com estruturas mais rígidas. Não por acaso, o supracitado advento de políticas públicas no âmbito educacional acompanha historicamente o surgimento de coletivos universitários compostos e protagonizados por estudantes trans*¹⁴, que realizam tanto eventos internos quanto abertos à comunidade. Comu-

¹³ Para um aprofundamento das noções de “potência” e “perigo”, ver Iazzetti (2021b).

¹⁴ Pesquisas sobre tais coletivos têm sido crescentes no Brasil. Ver Carvalho e Carrara (2015) sobre a atuação do TransTornar, coletivo que precede a atuação do Ateliê TransMoras, embora este não seja um coletivo inicialmente, ou estritamente, estudantil (Iazzetti, 2021a). Em ambos os casos, existem complexas conexões entre o “dentro” e o “fora” da universidade, portanto, é inadequado

mente, esses coletivos estão articulados regionalmente, mas extrapolam um espaço arquitetonicamente delimitado na universidade, se aliando a casas de acolhimento, centros de referência LGBT e outros coletivos, por meio de diálogos em eventos presenciais e redes sociais on-line – tendo em vista os eixos de raça e classe na população trans universitária¹⁵ no contexto paulista naquele momento.

Rosa e Alex, citados anteriormente, fundaram um coletivo LGBT em uma articulação entre discentes de faculdades e institutos de exatas, a partir de um grupo em uma rede social de estudantes trans* da universidade, aqui denominado “TransFormades”. Este grupo surgiu após relatos de ingressantes trans* que não tinham contato com outras pessoas trans* dentro da universidade. Assim, esse enredamento seria um modo de compartilhar experiências comuns e combater, coletivamente, sentimentos de solidão e desamparo.

O “TransFormades” organizou um evento interno, presencial, em 2019, em um piquenique ao ar livre em uma das praças da universidade. A iniciativa foi em grande medida bem recebida, com estudantes expressando a vontade de realizar mais eventos do tipo. Em uma das entrevistas, no entanto, uma estudante, Marina, relatou certo desconforto de estar naquele espaço:

Não senti uma identificação tão grande, um acolhimento tão grande. Eram pessoas trans que se descobriram em um meio que pareceu muito confortável pra elas. [...] Não tinha uma pessoa negra lá. Eu não vi. Não acho que se eu fosse contar as experiências que tive [morando] na rua alguém ia se identificar. Isso que eu acho que falta mais [na universidade]. É a periferia, é a rua. [...] São as travestis periféricas pretas. Mesmo no coletivo de transgeneridade, de fora da normatividade que a gente construiu, que é muito bom de ter, é muito reconfortante de ter, é muito complicado, porque você vê que são indivíduos que estão aqui à margem dos próprios privilégios. Assim como eu entrei por ter o privilégio de ter feito escola particular, ter conseguido bolsa, de ser branca, de quando eu entrei aqui eu conseguir me passar por indivíduo masculino, me camuflar nessas fantasias que são o gênero... eu vejo que a gente tá aqui por muitos privilégios. E acho que este é o problema. Acho que isto constrói uma parte meio subliminar da meritocracia.

classificá-los enquanto coletivos universitários simplesmente, mas sim como coletivos que atravessam e disputam tal espaço.

¹⁵ As tensões envolvendo “quem são as pessoas trans na universidade” apareceram como uma fala recorrente nos eventos organizados por esses coletivos.

Interseccionalidade

A construção da pesquisa etnográfica com base neste tipo de relato em primeira pessoa envolve a composição de diferentes histórias, lado a lado, produzindo ruídos e ressonâncias. Marina tem uma das trajetórias que mais destoaram daquelas que ouvi ao longo da pesquisa – há elementos disruptivos em sua história que explicitam ausências e complexificam uma aparente homogeneidade do termo “estudantes trans*”. Em nossa conversa, a estudante de graduação pontuou, a seu modo, sua “solidão” dentro do espaço da universidade. Ao contrário de outras pessoas entrevistadas, que encontraram na universidade suas primeiras “referências” para além das redes sociais on-line, Marina contrapõe essa experiência a uma trajetória anterior:

Antes da universidade meu círculo era 90% de travestis [...] Todo mundo que eu conheço na universidade começou a transição aqui [...]. Eu já entrei tendo transicionado. Não corporalmente, mas como uma forma de identidade [...] [A universidade] não é acolhedora. Não me sinto acolhida, não me sinto confortável. Não sinto que meu corpo deveria estar aqui [...] Esse lugar não é lugar para gente pobre [...] Foi muito chocante chegar aqui e falar que não tinha dinheiro [para comer]. As pessoas ficaram completamente chocadas. E na minha experiência de vida alguém falar que morava numa casa era chocante pra mim. Ter uma casa própria, “moro com a minha família, minha família me aceita”. Isto era chocante pra mim.

Em outro momento, Marina relata como, durante o ensino médio, era praticamente inimaginável almejar entrar em uma universidade pública. Mesmo após o ingresso, ela relata incômodos de estar naquele ambiente, onde se encontra com pessoas de realidades sociais muito distintas daquelas com que teve contato ao longo da vida – que, por sua vez, não estão naquele espaço institucional. Um relato próximo surge com Mael, citado anteriormente:

Nunca achei que eu ia entrar na universidade... justamente porque, imagina, eu tava numa escola pública [...] Uma grande diferença educacional [...] Acho que é por isso que é importante falar que somos sempre esses corpos violentados. Tinha essa noção de que não ia fazer, que o [mercado de trabalho] não era pra mim. Eu só entrei [no mercado de trabalho] porque comecei a me portar como menina, deixar o cabelo crescer. Pensei “nunca vou entrar na universidade porque não é meu espaço” [...] No cursinho vi gente com outros recortes também falando “nunca vou entrar na universidade” [...] Tive uma amiga que fez o ENEM quatro vezes [para entrar na universidade]. A gente tá ali se apoiando, “a gente merece, não merece?”. E aí a gente entrou na mesma época [na univer-

sidade] Aí falamos “nossa, conseguimos” [...] Depois passa por outra realidade, que é como a gente vai se manter aqui, por questão de saúde mental, de tudo isso [...] É outra realidade [de estudantes]. Você vê pessoas da sua sala te humilhando porque você entrou por cotas. Mas você tá ali porque você sabe que você merece ser feliz um dia, mesmo que isso demore. Mas você merece ter uma oportunidade. É viver pela esperança.

Mael compartilha das dificuldades de estar em um ambiente hostil à sua presença, assim como o sentimento de que “não deveria estar ali”. Por outro lado, compartilha esses afetos com estudantes de “outros recortes” e tensiona que a entrada na universidade é um primeiro desafio no que se refere à “saúde mental”. Ao mesmo tempo, se levarmos em conta o percurso de seu relato, a universidade surge como uma “esperança”, ou seja, a possibilidade de um futuro distinto daquele esperado para corpos e histórias como a sua – a chance de “ser feliz um dia”. Assim como Marina, sua presença é relatada como uma insistência, que, não isenta de suas marcas subjetivas, tem como efeito a produção de um outro futuro possível – um outro modo de imaginar a existência – uma presença que de algum modo esgarça quais corpos e histórias são possíveis de estarem presentes naquele espaço, assumindo, com isso, uma dimensão coletiva (assim como na ênfase de Laura na “convivência”).

O futuro até então inimaginável de acessar a universidade se torna possível e concreto, materializado em diversos desafios e obstáculos (um primeiro desafio), em uma complexa “gestão do presente” (Lima, 2022). Ao mesmo tempo, explicitam um caráter coletivo e insurgente desses movimentos – na busca pela transformação desse espaço, do conhecimento ali produzido e da ampliação dos sujeitos trans*, sob uma perspectiva interseccional, que podem habitá-lo não enquanto fim único, mas enquanto fim possível.

Inspirada por Hill Collins e Bilge (2020), compreendo que os eixos mobilizados conceitualmente a partir da interseccionalidade (particularmente gênero, raça e classe), aqui aproximada à noção de relacionalidade, conforme propõem as autoras¹⁶, são elementos contingentes histórica e contextualmente, mesmo que de algum modo fixados e diferenciados no campo legal e institucional, por vezes diluídos nas experiências subjetivas.

Com isso, ao atentarmos para as particularidades das trajetórias de estudantes trans*, temos outros “divisores de água” marcantes nas possibilidades de acesso e permanência na educação formal: trajetória de relações familiares (passar ou não por uma expulsão de casa, e/ou ter a possibilidade de apoio financeiro e afetivo da família con-

¹⁶ Para além de produções feministas negras, há um subtexto conceitual, nessa discussão sobre diferenças e desigualdades, e seus imbricamentos éticos, em produções feministas da ciência, com destaque para Haraway (2016), supracitada, e M’Charek (2010).

sanguínea), trajetória escolar e presença em determinados cursos ou áreas de formação (como no exemplo supracitado da licenciatura *versus* bacharelado).

Estar voltado a essas posicionalidades é central na composição de políticas que visam a esses marcadores, assim como na atenção a tais ruídos e ressonâncias produzidos no encontro de diferentes relatos na etnografia – ou seja, na medida em que tais diferenças se tornam desigualdades no acesso e na permanência, e que compõem identificações ou não nesse espaço, como no relato de Marina. Isto implica inserir tais trajetórias em demarcações identitárias, mas também nos momentos de afirmação pública da identidade de gênero, de suas corporalidades e leituras sociais e de seus agenciamentos e reflexividades individuais em face desse conjunto de pertencimentos, experiências e afetos.

Um exemplo de corte de acesso são estudantes que se afirmam publicamente enquanto pessoas trans* no ensino básico, tendo notadamente mais dificuldades em permanecer nesse espaço e eventualmente ingressar no ensino superior – um ponto de diferenciação destacado por Marina e Mael, que se configuram como autointituladas “exceções”. Relacionado a este fato está o elevado número de estudantes trans* em cursos voltados a jovens, adultos e idosos (EJAI), que acabam por interromper, em suas “evasões involuntárias”, os estudos em determinado momento de sua formação (IBTE, 2019; Santos, 2019), compondo trajetórias universitárias e acadêmicas menos lineares.

Falar em termos de interconexão de desigualdades e opressões não implica hierarquizá-las, conforme afirma Lorde (2019). Implica, pelo contrário, refletir e atuar sobre suas aproximações e afastamentos entre e além de marcadores de desigualdade, incluindo estratégias imbricadas em princípios de responsabilidade e sensibilidade partilhada – ou seja, de potencializar essas articulações e produzir enredamentos que levem a sério suas demandas e o combate às desigualdades historicamente constituídas.

“Pessoas trans*” surge, com isso, como um grupo complexo, no qual a transição de gênero é uma entre uma série de transições, e eminentemente coletiva, na medida em que é relacional. Nas palavras de Angela Davis (2020), comparando-o ao abolicionismo penal, o questionamento sobre binarismo de gênero protagonizado por pessoas trans* abre espaço ao que era antes inimaginável. A existência de pessoas trans* indica “não apenas que ‘outro mundo é possível’, mas que outro mundo é atual” (Stryker; Blackston, 2022). Com isso, a chamada a futuros possíveis – que se conectam através dos relatos individuais de estudantes trans* – é também um convite, neste caso a partir de um trabalho etnográfico engajado colaborativo, a experimentação teórica e política através de tais diferenças e desigualdades.

Dito isto, a própria “universidade” pode ser entendida em transição. Se, por um lado, nos relatos de estudantes trans*, a universidade aparece como excludente e adoecedora, ela também surge em outros momentos como um espaço importante de acolhimento, experimentação e de potência de transformação social e política – de ampliação

de “referências” e “imaginários”. Estar ali abre a possibilidade de um outro futuro em um sentido coletivo – e, diria, de maneira análoga, que a presença de estudantes trans* tem aberto a possibilidade de uma outra universidade.

Considerações finais

Em outros termos, podemos compreender que há uma série de relações parciais entre “pessoas trans*” e a “universidade”, em suas constituições mútuas. Não apenas temos um conjunto de corpos e histórias heterogêneas – atravessadas por interconectados eixos de diferença e de desigualdade, que possibilitam ou dificultam diferentes estratégias de acesso e de permanência, assim como campos de agenciamento – mas a própria universidade se revela uma instituição composta por diferentes espaços mais ou menos abertos à presença de estudantes trans*, e que faz emergir, relacionalmente, múltiplos afetos (cansaço, esperança, solidão...) emaranhados em possibilidades de acesso e permanência, assim como, numa via de mão dupla, futuros possíveis. Etnograficamente, os relatos de estudantes trans* atravessam um conjunto de trajetórias que, conectadas, compõem a universidade como um espaço interpelado por violências e processos de transfobia institucional, mas também agenciamentos, construções coletivas e possibilidades de resistência.

Ao mesmo tempo, sob uma perspectiva interseccional, a compreensão da universidade como espaço relativamente e crescentemente seguro, revela suas ambivalências. O mesmo pode ser dito de uma leitura histórica desses fenômenos sociais a partir das legalidades e da conquista de direitos, que não deve perder de vista as ambiguidades, as tensões e as contradições históricas tanto nas movimentações em nível nacional quanto nas trajetórias e nas subjetividades de estudantes trans*. O manejo cuidadoso desses dados, principalmente no que tange à violência, acompanha a abertura de possibilidades outras tanto teórica quanto politicamente, no que tem se constituído como um campo conceitual além da violência, enfatizando a concretude de tais referências e imaginários.

Tais considerações nos possibilitam, portanto, produzir conexões entre diferenças e compreender não apenas processos de disputa e tensão, mas também de convergência, imbricados nas práticas de construções afetivas e políticas. Pensar nessas convergências, sempre situadas, em termos interseccionais, envolve atentar às interconexões de desigualdades historicamente contingentes – desigualdades estas que emergem relacionalmente e contextualmente a partir dos encontros etnográficos – assim como no compartilhamento de responsabilidades e sensibilidades.

Adotar uma perspectiva que podemos chamar de interseccional diz respeito a reconhecer limites e tomá-los como desafios. Aqui, pessoas trans não são “apenas”

peessoas trans. Não só pelo fato de essa experiência de vida não se restringir a uma experiência de “transição de gênero” e a um fim previsível – sendo permeada por afetos, redes de relações, sonhos e expectativas... – mas também pelo fato de que estudantes trans* estão imbricadas em eixos de desigualdade que implicam diferentes acessos e permanências no ensino superior, ou, dito de outra forma, através de distintas e interconectadas “transições”¹⁷ que atravessam e extrapolam uma identidade de gênero.

Talvez, se levarmos a sério essa consideração, o “futuro” deixe de ser um privilégio – conforme afirma Lia, citada no começo deste artigo – e passe a ser “pluriversalmente” possibilitado em seus múltiplos caminhos e (outros) fins. Possibilitado, portanto, em suas diferenças (não desigualdades) e, com isso, pluralizado – futuros e mundos possíveis, portanto, e não mais um fim único. “Associado a passados em curso, trazem uns aos outros adiante em presentes densos e futuros ainda possíveis” (Haraway, 2016: 133, tradução nossa). Talvez, assim, possamos falar sobre futuros possíveis sem recorrer aos anjos.

Recebido: 30/03/2023

Aceito para publicação: 16/05/2024

¹⁷ O conceito de “transições” é desenvolvido em Iazzetti (2021a).

Referências

- ANDRADE, Luma. 2012. *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- ANTRA (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS). 2022. *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. [Acessado em 25.06.2024]
- ARAÚJO, Maria Clara. 2022. *Pedagogias das travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BENTO, Paula. 2016. *Sexualidade, política e juventude: uma etnografia das configurações de experimentação da sexualidade e do movimento estudantil entre alunos de uma escola pública*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- BESEN, Lucas. 2018. *‘Pode tudo, até ser cis’: Segredo de justiça, cisgeneridade e efeitos de estado a partir de uma pecigrafia dos processos de retificação do registro civil em Porto Alegre/RS*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BETTCHER, Talia Mae. 2018. “‘When Tables Speak’: On the Existence of Trans Philosophy”. *DailyNous*. Disponível em: <https://dailynous.com/2018/05/30/tables-speak-existence-trans-philosophy-guest-talia-mae-bettcher/>. [Acessado em 25.06.2024].
- CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. 2015. “Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante”. *Contemporânea*. Vol.13, nº 2, p. 382-400.
- CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. 2013. “Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil”. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*. Nº 14, p. 319-351.
- CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta; BICALHO, Pedro Paulo. 2018. “Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização”. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Vol. 38, nº SPE2, p.175-191.
- CAVALCANTI, Céu; SANDER, Vanessa. 2019. “Contágios, fronteiras e encontros: articulando analíticas da cisgeneridade por entre tramas etnográficas em investigações sobre prisão”. *Cadernos Pagu*. Nº 55.
- CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé; MCCALL, Leslie. 2013. “Toward a field of intersectionality studies: Theory, applications, and praxis”. *Signs: Journal of women in culture and society*. Vol. 38, nº 4, p. 785-810.
- COACCI, Thiago. 2018. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- CRENSHAW, Kimberlé. 2002. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista estudos feministas*. Nº 10, p. 171-188.
- DA SILVA JUNIOR, Jonas. 2016. “Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares”. *Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade*. Vol. 25, nº 45.

- DALLAPICULA, Catarina; FONSECA, Miguel. 2016. "Enredamentos enunciativos nas primeiras IFES a adotarem o nome social no Brasil". In: *Anais do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero*.
- DAVIS, Angela. 2020. "On Angela Davis, Challenging the Gender Binary and Processes of Negotiation". *HoneySuckle Magazine*. Disponível em: <https://honeysucklemag.com/angeladavis/>. [Acessado em 25.06.2024].
- DE LIMA FILHO, Roberto Cordoville Efrem. 2017. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. 2021. "Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas". In: SIQUEIRA, Isabel et al (orgs.). *Metodologia e Relações Internacionais: Debates contemporâneos*. Vol II. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio.
- GRAVANIC, Bruno. 2019. "Profecia Autorealizada". In: JUDAR, Cristina; RABELO, Alexandre. *A Resistência dos Vagalumes*. São Paulo: Editora Nós.
- HALBERSTAM, Jack. 2017. *Trans*: A quick and quirky account of gender variability*. Berkeley, California: University of California Press.
- HARAWAY, Donna. 2016. *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Durham, North Carolina: Duke University Press.
- HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. 2020. *Intersectionality*. Nova Jersey: John Wiley & Sons.
- IAZZETTI, Brume. 2021a. *Existe 'universidade' em pajubá?: Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- IAZZETTI, Brume. 2021b. "'Outros' saberes e 'outros' destinos?: Potências e perigos nas trajetórias de estudantes trans* em universidades públicas". In: *Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS*.
- IAZZETTI, Brume. 2023. *Between tarantulas and razor blades: 'Travesti' history and the public sphere in Brazil's democratic transition*. Dissertação de Mestrado, Central European University.
- INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). 2019. As fronteiras da educação: A realidade dxs estudantes trans no Brasil. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/2020_Boletim/Bol21_02.pdf [Acessado em 25.06.2024].
- JESUS, Jaqueline. 2019. "Xica Manicongo: A transgeneridade toma a palavra". *Revista Docência e Ciberultura*. Vol. 3, nº 1, p. 250-260.
- LIMA, Lux Ferreira. 2022. *Trânsitos em texto: uma análise comparada de biografias e autobiografias e de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- LIMA, Maria Lúcia. 2013. *O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- LIMA, Stephanie. 2020. *“A gente não é só negro”: Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- LORDE, Audre. 2019. *Irmã outsider: Ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- M’CHAREK, Amade. 2010. “Fragile differences, relational effects: Stories about the materiality of race and sex”. *European Journal of Women’s Studies*. Nº 17(4), p. 307-322.
- MOMBAÇA, Jota. 2021. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.
- NASCIMENTO, Leticia. 2021. *Transfeminismo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- NASH, Jennifer. 2018. *Black feminism reimaged: after intersectionality*. Durham, North Carolina: Duke University Press.
- NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT. 2016. *Projeto transexualidades e saúde pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans*. Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>. [Acessado em 25.06.2024].
- ORTNER, Sherry. 2016. “Dark anthropology and its others: Theory since the eighties”. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*. Vol. 6, nº 1, p. 47-73.
- PEÇANHA, Leonardo. 2015. “Deixei de ser objeto para ser ameaça”. Entrevista para o Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/> [Acessado em 25.06.2024].
- PORTELA, Poema; FERES JÚNIOR, João. 2021. *Pessoas trans nas universidades federais do Brasil*. GEMAA: Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ação Afirmativa. Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-na-universidades-federais-do-brasil/>. [Acessado em 25.06.2024].
- RADI, Blas. 2019. “Políticas del conocimiento hacia una epistemología trans*”. In: SEOANE, Mariano López (ed.). *Los mil pequeños sexos: Intervenciones críticas sobre políticas de género y sexualidades*, Universidad Nacional de Tres de Febrero.
- RANNIERY, Thiago. 2016. *Corpos feitos de plástico, pó e glitter: currículos para dicções heterogêneas e visibilidades improváveis*. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SANTOS, Dayanna. 2019. *“Sobrevivi para contar”: Trajetórias escolares transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos (EJAI)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco.
- STRYKER, Susan; BLACKSTON, Dylan. 2022 [2015]. “Introduction”. In: *The Transgender Studies Reader Remix*. Abingdon, Oxfordshire: Routledge.
- VERGUEIRO, Viviane. 2015. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.